

Texto I
Inverno

A família estava reunida em torno do fogo, Fabiano sentado no pilão caído, sinhá Vitória de pernas cruzadas, as coxas servindo de traveseiros aos filhos. A cachorra Baleia, com o traseiro no chão e o resto do corpo levantado, olhava as brasas que se cobriam de cinza.

Estava um frio medonho, as goteiras pingavam lá fora, o vento sacudia os ramos das catingueiras, e o barulho do rio era como um trovão distante.

Fabiano esfregou as mãos satisfeito e empurrou os tições com a ponta da alpercata. As brasas estalaram, a cinza caiu, um círculo de luz espalhou-se em redor da trempe de pedra, clareando vagamente os pés do vaqueiro, os joelhos da mulher e os meninos deitados. De quando em quando estes se mexiam, porque o lume era fraco e apenas aquecia pedaços deles. Outros pedaços esfriavam recebendo o ar que entrava pela rachadura das paredes e pelas gretas da janela. Por isso não podiam dormir. Quando iam pegando no sono, arrepiavam-se, tinham precisão de virar-se, chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais. Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, se não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto. [...]

(RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 63-64)

- 1) O texto apresenta um expressivo caráter descritivo e faz uso das caracterizações de modo a:
- apontar a ausência de relação entre o espaço físico descrito e os personagens que o ocupam.
 - retratar, de forma generalizada, a reação de todos os seres humanos diante do clima frio por meio da ação dos personagens.
 - realçar a vulnerabilidade dos personagens diante da condição em que se encontram.
 - indicar os efeitos positivos que a natureza exerce nas reflexões dos personagens independente de sua condição física.
 - representar, simbolicamente, o papel acolhedor da natureza em meio a situações de dificuldade material.
- 2) No período composto "Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto." (3º§), a conjunção que o introduz é essencial para a produção de sentido. Considerando seu emprego contextual, percebe-se que apresenta valor:
- conformativo.
 - causal.
 - consecutivo.
 - comparativo.
 - condicional.

- 3) Sabendo-se que "trempe" é um tipo de chapa de ferro colocada em fogão à lenha para sustentar as panelas, na passagem "chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais" (3º§), percebe-se que o acento indicativo de crase justifica-se:
- por uma escolha estilística em função de seu emprego facultativo.
 - para desfazer a ambiguidade provocada pela ausência de seu emprego.
 - em função da regência do verbo e do gênero do substantivo destacado.
 - devido à necessidade de concordância com o gênero e o número do verbo.
 - por ilustrar um registro informal e regional de uma expressão.
- 4) Em "Fabiano esfregou as mãos satisfeito" (3º§), o vocábulo destacado ilustra o seguinte emprego das classes de palavras:
- a indicação do modo de realizar uma ação feita pelo advérbio.
 - a representação de uma ideia abstrata feita pelo substantivo.
 - uma qualidade própria às mãos atribuída pelo adjetivo.
 - a caracterização de um estado provisório feita por um adjetivo.
 - a nomeação de uma qualidade feita por um substantivo.
- 5) No último parágrafo do texto, ao observar o emprego de dois-pontos, percebe-se que esse sinal de pontuação foi usado para:
- mostrar a consequência do que se afirmou.
 - marcar enunciados de diálogo.
 - representar a reprodução de citações.
 - sinalizar a omissão de termos.
 - indicar um esclarecimento.
- 6) Considerando-se o contexto, verifica-se que o pronome demonstrativo destacado em "De quando em quando estes se mexiam, porque o lume era fraco e apenas aquecia pedaços deles." (3º§), foi empregado em uma referência:
- textual, retomando o último elemento de uma sequência.
 - espacial, indicando a proximidade do narrador.
 - temporal, aproximando o leitor da ação descrita.
 - textual, apontando uma ideia que ainda será apresentada.
 - espacial, indicando a proximidade entre os personagens.

Considere o texto a seguir para responder às questões de 7 a 8.

Texto II

Assunto: Debates sobre o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de convidar Vossa Excelência a participar do lançamento do Ciclo de Debates sobre a Execução do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, a ser realizado em 15 de março de 2018, às 9 horas, no Auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no Setor de Áreas Isoladas Sul, em Brasília. O debate inicial faz parte de uma sequência de cinco encontros, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das diversas ações contidas no referido Plano.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[NOME DO SIGNATÁRIO]

[Ministro de Estado]

Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Adaptado. Acesso em 14/05/2022

- 7) O texto anterior é parte de um ofício, um dos exemplos de correspondências oficiais. Trata-se de um documento enviado a um Ministro de Estado. Em relação aos pronomes de tratamento empregados, é correto afirmar que:
- a) o uso da forma "Senhor Ministro" é equivocada, pois indica um registro bastante informal para referir-se a um ministro.
 - b) as formas de tratamento diferenciadas relacionam-se com os momentos distintos em que foram empregadas no texto.
 - c) o pronome "Vossa Excelência" poderia ser substituído por "Sua Excelência" a fim de reforçar a impessoalidade.
 - d) o redator poderia ter empregado "Vossa Excelência" no vocativo e a forma abreviada deste pronome no corpo do texto.
 - e) a substituição, no vocativo, de "Senhor" por "Excelentíssimo" é uma escolha estilística possível ao redator.
- 8) Considerando as orientações do Manual de Redação da Presidência da República, ao começar o texto com "Tenho a honra de convidar", percebe-se que o redator não fez uso da seguinte característica necessária às correspondências oficiais:
- a) Objetividade.
 - b) Clareza.
 - c) Coesão.
 - d) Coerência.
 - e) Pessoalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 9) Com relação aos conectivos lógicos é correto afirmar que:
- a) para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples o condicional entre elas tem valor lógico verdadeiro
 - b) para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples o bicondicional entre elas tem valor lógico falso
 - c) para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples a conjunção entre elas tem valor lógico verdadeiro
 - d) se o valor lógico de uma proposição p é verdadeiro e o valor lógico de uma proposição q é falso, então a disjunção exclusiva entre elas tem valor lógico verdadeiro
 - e) para quaisquer valores lógicos de duas proposições simples a disjunção entre elas tem valor lógico verdadeiro
- 10) Se a frase "Todo escrivão fez concurso público", então a alternativa que apresenta uma argumentação correta é:
- a) Carlos não é escrivão, então não fez concurso público
 - b) Maria não fez concurso público, então não é escrivão
 - c) João fez concurso público, então é escrivão
 - d) Ana fez concurso público, então não é escrivão
 - e) José não fez concurso público, então é escrivão
- 11) Se Joana é delegada, então fez direito. Se Joana fez direito, então estudou durante 5 anos. Mas Joana não estudou 5 anos. A conclusão que se pode chegar é:
- a) Joana estudou menos de 5 anos
 - b) Joana não fez direito
 - c) Joana é delegada
 - d) Joana estudou mais de 5 anos
 - e) Joana não é delegada
- 12) A ocorrência foi registrada e o inquérito foi instaurado se, e somente se a testemunha foi ouvida ou o flagrante foi validado, mas o processo será analisado. Nessas condições, o total de conectivos lógicos utilizados na frase acima é igual a:
- a) 4
 - b) 3
 - c) 5
 - d) 6
 - e) 2

13) A tabela indica todos os possíveis valores para duas proposições lógicas simples.

p	q	A
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

De acordo com tabela, os valores lógicos contidos na coluna A são o resultado de:

- a) p condicional q
 - b) p disjunção q
 - c) p disjunção exclusiva q
 - d) p conjunção q
 - e) p bicondicional q
- 14) A frase "O departamento de polícia estava cheio ou era feriado" é logicamente equivalente a frase:
- a) o departamento de polícia estava cheio e era feriado
 - b) se o departamento de polícia não estava cheio, então era feriado
 - c) o departamento de polícia não estava cheio ou não era feriado
 - d) o departamento de polícia estava cheio se, e somente se, era feriado
 - e) se o departamento de polícia não estava cheio, então não era feriado

15) Numa assembleia haviam 50 escrivães, sendo que 32 eram destros e 16 eram ambidestros. Nessas condições, e sabendo que todos sabiam escrever, o total de canhotos na assembleia era igual a:

a) 2
b) 18
 c) 34
d) 22
e) 16

16) "O acidente foi investigado e o autor foi encontrado". De acordo com a lógica proposicional, a negação da frase é descrita como:

- a) "o acidente não foi investigado ou o autor não foi encontrado"
- b) "o acidente não foi investigado e o autor não foi encontrado"
- c) "o acidente não foi investigado e o autor foi encontrado"
- d) "o acidente foi investigado e o autor não foi encontrado"
- e) "o acidente não foi investigado ou o autor foi encontrado"

ATUALIDADES

17) "A organização passou para o centro das discussões da diplomacia internacional em meados de abril e ao longo de maio de 2022, devido à possibilidade de adesão da Finlândia e da Suécia, em meio à Guerra na Ucrânia. A Rússia é contrária à entrada dos dois países na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (G1, 2022)". Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- (M) Foi criada em 1989, após o término da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim.
- () Foi criada sob a liderança dos Estados Unidos em oposição à Inglaterra.
- (F) É um bloco econômico atualmente liderado por EUA, China e Coreia do Sul.
- (M) Ucrânianos pleiteavam entrada no grupo, o que foi um dos motivos para a invasão russa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - V - V
- b) F - F - F - F
- c) V - V - F - V
- d) V - F - V - F
- e) F - F - F - V

18) Em 2021, mais de 40% da perda de floresta nativas no mundo ocorreu no Brasil, segundo dados do Global Forest Watch, plataforma de monitoramento de florestas desenvolvida pela Universidade de Maryland. Esse mapeamento é feito há duas décadas a partir de análises de _____ (adaptado de G1, 2022).

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) imagem de satélite
- b) imagem de GPS
- c) imagem de teodolito
- d) imagem de pluviômetro
- e) imagem de barômetro

INFORMÁTICA

19) "A tecnologia 5G é um novo padrão para dispositivos móveis que trará mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas na forma como as pessoas utilizam esses aparelhos. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações, o 5G, ou quinta geração da telefonia móvel, é uma nova tecnologia de transporte de dados em redes envolvendo dispositivos móveis. Ele sucede gerações anteriores, mas autoridades e especialistas apontam que terá melhorias não apenas incrementais, mas qualitativas" (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Analise as afirmativas abaixo.

- I. A tecnologia 5G permitirá a interconexão de diversos outros equipamentos em casa ou no escritório.
- II. Ter um aparelho com 5G possibilitará um melhor tempo de processamento de downloads e uploads. ✓
- III. A rede 5G permitirá a possibilidade de estudos e trabalho remoto com maior qualidade nas videoconferências. ✓
- IV. As ondas de 5G têm maior alcance em relação à 4G e, por isso, será preciso a construção de poucas antenas para espalhar o sinal em todo o país.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II e III apenas ✓
- b) I e II apenas ✗
- c) I, II e III apenas ✓
- d) I e IV apenas ✗
- e) II, III e IV apenas ✓

20) Acredita-se que o ritual da lavagem teve origem nos tempos em que os escravos eram obrigados a levar água para lavar as escadarias da Basílica para a festa dos brancos, desde esta época um agradecimento do povo às graças concedidas pelo Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim. O ponto alto da festa acontece no Largo do Bonfim, bem em frente à igreja, no alto da Colina Sagrada, e é marcada pela lavagem da escadaria e do adro da igreja por balanas vestidas a caráter, trazendo na cabeça potes com água de cheiro para lavar o chão da igreja, além de flores para enfeitar o altar. Nos cultos afro-católicos, o Senhor do Bonfim é [...] Oxalá. Ocorre também uma aproximação entre a festa católica e a dos cultos afro-brasileiros, as "Águas de Oxalá" (adaptado de BONFIM, 2000). Assinale a alternativa que apresenta o termo que faz referência à manifestação religiosa e cultural descrita no texto.

- a) Separatismo religioso ✗
- b) Sincretismo religioso ✓
- c) Esteticismo religioso
- d) Estadismo religioso
- e) Islamismo religioso ✗

21) Quanto as noções básicas sobre IP e IMEI, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- (M) Existem atualmente duas versões de IP, os denominados IPv4 e o IPv6.
- (F) O mesmo equipamento pode ter vários IP's, assim como vários IMEI's.
- () O IMEI é um código de 15 dígitos que identifica de forma internacional os celulares.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - V
- e) F - F - F

22) Dado os três conceitos técnicos abaixo, assinale a alternativa que corresponda, respectivamente, a cada um desses conceitos especificamente.

- 1. Vírus que cria cópias em outras unidades ou nos computadores de uma rede para executar ações maliciosas.
- 2. Esse malware é como uma porta criada a partir de um programa cuja instalação não foi autorizada pelo usuário, que explora as vulnerabilidades ali existentes e permite que terceiros tenham acesso à máquina.
- 3. Método que tenta "pescar" vítimas para que cliquem em links ou baixem arquivos com o objetivo de adquirir informações pessoais.

- a) 1. Phishing - 2. Worm - 3. Backdoor
- b) 1. Backdoor - 2. Worm - 3. Phishing
- c) 1. Worm - 2. Phishing - 3. Backdoor
- d) 1. Phishing - 2. Backdoor - 3. Worm
- e) 1. Worm - 2. Backdoor - 3. Phishing

23) Quanto à identificação de arquivos, relacione os principais tipos de formatos de arquivos da coluna da esquerda com a respectiva descrição da coluna da direita:

(1) JPEG	(A) Formato nativo do Microsoft Word.
(2) MPEG	(B) Associado a páginas e endereços da web.
(3) DOCX	(C) Formato comum de arquivo de imagem.
(4) HTML	(D) Formato de arquivo de vídeo.

- a) 1C - 2D - 3B - 4A
- b) 1C - 2D - 3A - 4B
- c) 1D - 2C - 3A - 4B
- d) 1B - 2D - 3A - 4C
- e) 1C - 2A - 3D - 4B

1C 2D 3A 4B

24) Com base na planilha eletrônica abaixo, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: =(SOMA(A2:C2))/(B1-B2)+A1)/C1

	A	B	C
1	10	9	8
2	5	6	7

- a) 10 (dez)
- b) 8 (oito)
- c) 6 (seis)
- d) 2 (dois)
- e) 4 (quatro)

$$(5+6+7) / (9-6) + 10 / 8$$

$$18 / 3 + 10 / 8$$

$$18 / 3 + 1.25$$

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

25) "Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental ou submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo", constitui crime de tortura. Sobre o crime de tortura, assinale a alternativa

incorreta.

- a) O ato de constranger previsto no crime de tortura pode se dar com a finalidade de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; com a intenção de provocar ação ou omissão de natureza criminosa; ou ainda, em razão de discriminação racial ou religiosa
- b) Se no crime de tortura o resultado é a lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de seis a doze anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos
- c) A pena prevista para o crime de tortura é de reclusão, de dois a oito anos
- d) A pena para o crime de tortura é aumentada de um sexto até um terço, se o crime é cometido por agente público ou se é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou mais de sessenta anos, ou ainda, se o crime é cometido mediante sequestro
- e) Por força do §6º, do art. 1º da lei de Tortura, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça e anistia

26) No escopo da promoção da Igualdade racial e gênero, muitos são os dispositivos legais que compõem o ordenamento jurídico penal. Sendo assim, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, fazendo a relação entre elas.

COLUNA I

- 1) Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.
- 2) Lei Federal nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985.
- 3) Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **RACIS**
- 4) Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997. **TO**
- 5) Lei Federal nº 11.430, de 7 de agosto de 2006. **MP**
- 6) Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969.

COLUNA II

- () Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.
- (3) Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- (4) Define os crimes de tortura e dá outras providências.
- (5) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- () Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- () Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) ~~1, 5, 4, 3, 6, 2~~
- b) ~~2, 3, 4, 6, 5, 1~~
- c) 1, 2, 4, 5, 6, 3
- d) 2, 4, 3, 5, 1, 6
- e) 1, 3, 4, 5, 6, 2

27) A Constituição do Estado da Bahia, em seu capítulo XXIII, tem como título "Do Negro". Tomando os artigos 286 a 290 deste capítulo da constituição baiana, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

O dia 20 de novembro será considerado, no calendário oficial, como Dia da Consciência Negra.

A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e militar incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.

Com países que mantiverem política oficial de discriminação racial, o Estado poderá admitir participação, ainda que indireta, através de empresas neles sediadas, em qualquer processo licitatório da Administração Pública direta ou indireta.

A sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira, constituindo a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Constituição Federal.

Com países que mantiverem política oficial de discriminação racial, o Estado não poderá manter intercâmbio cultural ou desportivo, através de delegações oficiais.

Sempre que for veiculada publicidade estadual com mais de ^{duas} três pessoas, será assegurada a inclusão de uma da raça negra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - F - V - V - F
 b) V - F - F - V - F - V
 c) F - V - V - F - V - F
 d) V - V - F - V - F - V
 e) F - F - V - F - F - V

28) A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, determina a soma de esforços entre governos, sociedade civil, empresas e indivíduos para que a igualdade racial seja um norte para as políticas e serviços oferecidos pelo Poder Público. Assim, partindo do Estatuto da Igualdade Racial, analise as afirmativas abaixo.

I. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, sendo garantido pelo poder público o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira.

II. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado, sendo que a preservação dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, tombados nos termos do §5º do art. 216 da Constituição Federal, receberá especial atenção do poder público.

III. São três os objetivos do Sinapir – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial: 1. promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; 2. formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; e, 3. articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.

IV. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) é instituído como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, participar do Sinapir mediante adesão.

V. A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, III e V apenas
b) I, II, IV e V apenas
c) I, III e IV apenas X
 d) I, II, III, IV e V
e) II, IV e V apenas X

MEDICINA LEGAL

29) O _____ é um documento utilizado para dirimir dúvidas na interpretação dos achados de uma perícia, sendo solicitado a uma pessoa de renome. Sua parte mais importante é a _____. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) atestado médico-científico / conclusão
- b) relatório médico-legal / histórico
- c) parecer médico-legal / discussão
- d) parecer médico especializado / exposição circunstanciada
- e) parecer externo circunstanciado / conclusão

30) Num relatório médico-legal, o breve relato dos fatos ocorridos por informação da vítima ou do indiciado, quando também alvo da perícia ou dos dados transcritos da guia de remoção do cadáver e das suspeitas que pairam sobre o caso, é denominado _____.

Assinale a alternativa correta que preencha corretamente a lacuna.

- a) discussão
- b) comemorativo
- c) exposição circunstanciada
- d) descrição
- e) resposta aos quesitos

31) Sobre as perícias no Código de Processo Civil, analise as sentenças abaixo e dê valores Verdadeiro(V) ou Falso (F).

- (F) As partes não podem, mesmo que de comum acordo escolher o perito.
- (F) A perícia consensual substitui para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.
- (V) É vedado ao perito emitir opiniões que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.
- (V) Tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar, no máximo, um assistente técnico especializado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - V
- b) V - V - V - V
- c) F - F - V - V
- d) V - F - F - F
- e) F - V - V - F

32) Sobre o exame do local do crime, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando um criminoso usa luvas não é possível que os objetos tocados contenham suas impressões digitais
- b) Apesar de pouco nítidas, incompletas ou fragmentadas as impressões digitais podem determinar o sucesso da investigação
- c) Impressões digitais latentes são aquelas deixadas por descuido pelas mãos desprotegidas em decorrência de água e ácidos graxos presente no suor. São transformadas em impressões coloridas para análise
- d) Quando não há evidências visíveis de sangue na cena do crime, como nos casos em que o local foi limpo para encobrir o acontecido, utiliza-se o Luminol, que poderá identificar a presença de sangue, mesmo em pequenas quantidades
- e) Glóbulos vermelhos não servem para identificação via DNA nuclear, usando-se nesses casos o DNA mitocondrial

LEGISLAÇÃO GERAL

ibfe

33) A Lei Estadual nº 11.370/2009 trata da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia e dispõe sobre a sua estrutura organizacional. Acerca do assunto, assinale a alternativa que apresenta um órgão que não integra a estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado da Bahia.

- a) Órgãos de Gestão Estratégica
- b) Órgãos de Gestão de Policiais Infiltrados
- c) Órgãos de Gestão Tática
- d) Órgãos de Suporte Operacional
- e) Órgãos de Direção Superior

34) No que se refere às disposições da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia sobre o Delegado-Geral da Polícia Civil, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A Polícia Civil do Estado da Bahia será dirigida pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Delegados de Polícia Civil, classe Especial, da ativa.
- () O Delegado-Geral da Polícia Civil, em suas faltas, férias e impedimentos, será substituído pelo Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil.
- () Dentre outras competências, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil decidir, em último grau de recurso, sobre a instauração de inquérito policial e de outros procedimentos formais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - F
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) V - V - V

35) Acerca das penalidades previstas na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, analise as afirmativas abaixo.

- I. São penalidades disciplinares a advertência, a suspensão, a demissão e a proibição de contratar com o Poder Público. ?
- II. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os antecedentes funcionais, os danos que dela provierem para o serviço público e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- III. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) II e III apenas
- c) I e II apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

36) A Lei Estadual nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia), trata das faltas disciplinares. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente incorretamente uma falta disciplinar.

- a) Deixar de cumprir prazos legais em inquéritos policiais, sindicâncias ou qualquer procedimento administrativo, sem justa causa
- b) Concorrer para a divulgação de fatos que possam provocar escândalo ou desprestígio à organização policial
- c) Ausentar-se do serviço durante o expediente, ainda que com prévia autorização do chefe imediato
- d) Simular doença para esquivar-se do cumprimento de suas atribuições
- e) Usurpar, para si ou para outrem, função pública

37) A Lei Estadual nº 12.209 de 20 de abril de 2011, dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia. Sobre o disposto na lei, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- (I) Somente a lei pode condicionar o exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
- (II) A Administração respeitará padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, procedendo, na relação com os administrados, com lealdade, correção e coerência, sem abuso das prerrogativas especiais que lhe são reconhecidas.
- (III) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, admitindo-se a aplicação retroativa de nova interpretação para os atos já publicados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - V
- e) F - V - F

38) No que se refere às disposições legais sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei Estadual nº 12.209/2011), assinale a alternativa correta.

- a) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei exigir, podendo ser utilizados modelos padronizados pela Administração
- b) É assegurada a prioridade de tramitação se o postulante ou interveniente for maior que cinquenta e cinco anos
- c) A intervenção de terceiro no processo independe de decisão da autoridade competente ou da comprovação de interesse
- d) Em observância ao princípio da formalidade adequada, o reconhecimento de firma será exigido de todos os documentos
- e) Inexistindo disposição específica, os atos da autoridade competente e dos administrados, que participem do processo, devem ser praticados no prazo de 15 (quinze) dias

39) A Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia. Acerca das disposições legais, assinale a alternativa que apresente a definição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- a) É o resultado da pesquisa de preços de mercado, obtido pela média dos valores praticados à época da abertura da licitação
- b) Alteração do valor original do contrato, para recompor o preço que se tornou insuficiente ou excessivo, em razão da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que agravem o custo da execução do contrato, bem assim para reduzir o seu preço com vistas a compatibilizá-lo com os valores de mercado
- c) Alteração dos valores inicialmente ajustados, na periodicidade e índice pactuados, para preservar o valor inicial do contrato corroído pela variação de custo dos insumos básicos utilizados na sua execução ou pela perda do poder aquisitivo da moeda, decorrente da inflação
- d) Relação de equivalência, originariamente pactuada, entre os encargos assumidos pelo contratado e a sua remuneração, inicialmente ajustada
- e) Acontecimento extraordinário, superveniente, imprevisível no momento da celebração do contrato, exterior à vontade das partes e inteiramente irresistível

40) No que se refere às disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, analise as afirmativas abaixo.

- I. A execução da obra ou serviço será sempre programada em sua totalidade, permitindo-se, porém, sua execução em parcelas técnica e economicamente viáveis, de acordo com os recursos financeiros disponíveis e a conveniência da Administração.
- II. A programação da obra ou serviço deverá prever custo atual e o final, levando-se em consideração os prazos de execução.
- III. A autorização da despesa será efetuada para as etapas da obra ou serviço licitados, não sendo necessária a autorização da despesa para o custo total da obra ou serviço projetado.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I, II e III
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

DIREITO ADMINISTRATIVO

41) Acerca do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei Estadual nº 6.677/1994) e as disposições sobre férias, assinale a alternativa incorreta.

- a) O servidor gozará, obrigatoriamente, férias anuais, que podem ser acumuladas, no caso de necessidade do serviço, até o máximo de 2 (dois) períodos, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica
- b) As férias serão gozadas de acordo com a escala organizada pela unidade administrativa competente
- c) Caso seja solicitado, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um acréscimo de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de gozo
- d) As férias serão fruídas dentro dos 12 (doze) meses subsequentes àquele em que foi completado o período aquisitivo de referência
- e) As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) etapas, desde que sejam assim requeridas pelo servidor, e sempre no interesse da administração pública, hipótese em que o pagamento dos acréscimos pecuniários será efetuado quando do afastamento do servidor para o gozo do primeiro período

42) Sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 11.370/2009), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- (M) A investigação policial, além de atender aos objetivos precípuos de natureza jurídico-processuais, deve ainda, em articulação com o Sistema de Defesa Social, identificar ações e procedimentos que se revelem perigosos e que possam contribuir para a ocorrência dos fenômenos criminais.
- (M) O ciclo completo da investigação policial inicia-se com a notícia-infração, desdobrando-se em ações continuadas e articuladas, inclusive de natureza cartorial, visando à formalização das provas e a minimização dos efeitos dos delitos, incluindo-se as pesquisas técnico-científicas, concluindo-se com definição da autoria e materialidade.
- (F) Compete à Polícia Civil do Estado da Bahia decretar o estado de sítio e o estado de defesa no Estado da Bahia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - V
- e) F - V - F

43) Em 2019 entrou em vigor a Lei nº 13.848/2019 que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Acerca das disposições legais sobre as agências reguladoras, analise as afirmativas abaixo.

- I. A Análise de Impacto Regulatório é obrigatória para todas as decisões das Agências Reguladoras, tendo em vista que é documento essencial para a qualidade da tomada de decisão regulatória.
- II. As agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno e elaborar e divulgar programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.
- III. A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) II e III apenas
- c) I e II apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

44) A Lei nº 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante operações de crédito
- b) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados
- c) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado
- d) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções
- e) O consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

45) Parceria Público-Privada (PPP) é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Sobre o assunto e as disposições legais pertinentes, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.

() Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

() O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - F - V

b) V - V - V

c) F - F - V

d) V - V - F

e) F - V - F

46) No que se refere ao Processo Administrativo Disciplinar e o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) É admissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira

b) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar necessita da exposição detalhada dos fatos a serem apurados

c) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição Federal

d) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, ainda que não haja prejuízo à defesa

e) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração

47) Acerca dos contratos administrativos e as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa incorreta.

a) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos

b) Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração

c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos

d) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens não deve ser acrescido ao valor da garantia

e) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente

48) No que diz respeito ao ato administrativo e sua convalidação, analise as afirmativas abaixo.

I. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

II. Nem sempre é possível a convalidação, pois dependerá do tipo de vício que atinge o ato. O exame do assunto tem que ser feito a partir da análise dos cinco elementos do ato administrativo: sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.

III. Quanto ao sujeito, se o ato for praticado com vício de incompetência, admite-se a convalidação, que nesse caso recebe o nome de ratificação, desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade, hipótese em que se exclui a possibilidade de delegação ou de avocação.

Estão corretas as afirmativas:

a) I apenas

b) I e II apenas

c) II e III apenas

d) I e III apenas

e) I, II e III

CO F E C M O B

DIREITO CIVIL

49) O fato jurídico é uma ocorrência que interessa ao Direito, ou seja, que tenha relevância jurídica. O ato jurídico é um fato jurídico com elemento volitivo e conteúdo lícito. Já o negócio jurídico é um ato jurídico em que há uma composição de interesses das partes com uma finalidade específica. Sobre os negócios jurídicos e seus defeitos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

M São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

M Configura-se estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

M O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V
- b) V - V - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

50) No que se refere aos elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um desses pressupostos.

- a) Nexo de causalidade
- b) Fato de terceiro
- c) Culpa (lato sensu)
- d) Dano ou prejuízo
- e) Conduta humana

51) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) é considerada uma norma de "sobredireito" por trazer regras para regular as demais normas brasileiras. Sobre a LINDB, assinale a alternativa incorreta.

- a) É admissível que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas, quando houver revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa
- b) Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão
- c) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos
- d) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro
- e) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas

52) O Direito Civil brasileiro diferencia a capacidade de fato da capacidade de direito das pessoas naturais. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta a definição de capacidade de direito.

- a) É a capacidade especial para determinado ato ou negócio jurídico
- b) É a aptidão para ser sujeito de direitos e deveres na ordem privada e que todas as pessoas têm sem distinção
- c) É a aptidão para exercer pessoalmente atos da vida civil
- d) É a capacidade processual, uma das condições da ação
- e) É a soma de caracteres da pessoa, ou seja, aquilo que ela é para si e para a sociedade

53) O Código Civil de 2002 traz disposições sobre os bens. Acerca do tema, analise as afirmativas abaixo.

- I. Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- II. Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- III. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de imóveis.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I, II e III
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

54) O Código Civil de 2002 prevê diversas modalidades de usucapião. Sobre o assunto, assinale a alternativa que dispõe corretamente e especificamente sobre a usucapião especial urbana.

- a) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, por dez anos
- b) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos metros quadrados, por dez anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural
- c) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis
- d) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural
- e) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área não superior a cinquenta hectares, tomando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade

55) O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) dispõe que a pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva. Acerca do direito à moradia previsto no Estatuto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência
- b) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria
- c) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos deve haver reserva de, no mínimo, 10% (dez por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência
- d) Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família
- e) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos deve haver elaboração de especificações técnicas no projeto que permitam a instalação de elevadores

56) A Lei nº 10.741/2003 dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
- () Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.
- () A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - F
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) V - V - V

57) O termo "Constituição" possui várias acepções para definição de seu conceito. Acerca do assunto, assinale a alternativa que dispõe corretamente sobre o sentido sociológico de Constituição.

- a) A Constituição só será legítima se representar o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que constituem o poder. Caso isso não ocorra, ela será ilegítima, caracterizando-se como uma simples "folha de papel". A Constituição, seria, então, a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade
- b) A Constituição distingue-se de lei constitucional. A Constituição é a decisão política fundamentam e as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, mas não contém matéria de decisão política fundamental
- c) A Constituição e as normas constitucionais serão aquelas introduzidas pelo poder soberano, por meio de um processo legislativo mais dificultoso, diferenciado e mais solene que o processo legislativo de formação das demais normas do ordenamento
- d) A Constituição é um corpo de normas jurídicas fundamentais à estruturação do Estado, dotada de plena força normativa capaz de conduzir o processo político, servindo de fundamento de validade para a produção normativa
- e) A Constituição é a norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da Constituição jurídico-positiva, que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau

58) A Lei nº 9.868/1999 dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
- () Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de perda de sua eficácia.
- () A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos metade dos Ministros.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - V
- e) F - V - F

59) Acerca do remédio constitucional denominado "Mandado de Injunção", analise as afirmativas abaixo.

- I. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- II. A norma regulamentadora superveniente produzirá, via de regra, efeitos ex tunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado.
- III. Após a publicação da decisão, que terá efeito *erga omnes*, não é possível sua revisão.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I apenas
- e) I e III apenas

60) No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa que apresenta uma norma de eficácia limitada declaratória de princípios programáticos.

- a) A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais
- b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
- c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei
- e) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva

61) O Poder Constituinte Derivado Reformador tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo Originário, manifestando-se através das Emendas Constitucionais. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma disposição sobre as Emendas Constitucionais.

- a) Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio
- b) A emenda à Constituição será promulgada e sancionada pelo Presidente da República em tempos de paz
- c) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais

62) Acerca das disposições constitucionais sobre Intervenção dos Estados nos Municípios, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
 - () Se não estiver funcionando a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.
 - c) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
- a) F - V - F
 - b) V - F - V
 - c) F - F - V
 - d) V - V - F
 - e) V - V - V

63) No ordenamento jurídico brasileiro, o Decreto nº 678/1992 promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José de Costa Rica). Acerca das disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente
- b) Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano
- c) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a prevenção e repressão de delitos, bem como a retirada da pessoa da sociedade
- d) Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento
- e) Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar

64) No que tange à classificação das Constituições, Karl Loewenstein distinguiu as Constituições normativas, nominalistas e semânticas, estabelecendo um critério ontológico que busca identificar a correspondência entre a realidade política do Estado e o texto constitucional. Sobre o assunto, assinale a alternativa que se relacione à definição de Constituição Semântica.

- a) A realidade ontológica nada mais é do que a mera formalização da situação existente buscando-se conferir legitimidade meramente formal aos detentores do poder, em seu próprio benefício
- b) O processo de poder está de tal forma disciplinado que as relações políticas e os agentes do poder subordinam-se às determinações do seu conteúdo e do seu controle procedimental
- c) Contém disposições de limitação e controle de dominação política, sem ressonância na sistemática de processo real de poder, e com insuficiente concretização constitucional, mas almejando o alcance da realidade social
- d) As normas verdadeiramente regulam o processo político e/ou, em contrapartida, o processo do poder se adapta as suas normas (havendo uma simbiose entre constituição e sociedade)
- e) Há limitação ao poder que se implementa na prática, havendo correspondência com a realidade social

DIREITO PENAL

65) Crimes omissivos próprios ou de pura omissão são aqueles:

- a) que se completam num só momento, onde a consumação se dá num determinado instante, sem continuidade temporal
- b) em que o sujeito, mediante omissão, permite a produção de um resultado posterior, que os condiciona
- c) que se apresentam mediante a prática de uma ação inicial e uma omissão final, razão pela qual são também denominados crimes de conduta mista
- d) que se perfazem com a simples abstenção da realização de um ato, independentemente de um resultado posterior
- e) que causam uma situação danosa ou perigosa que se prolonga no tempo, onde o momento consumativo se protraí no tempo

66) No que concerne ao princípio da legalidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) O princípio de reserva legal se estende igualmente às normas penais não incriminadoras, eis que se impõe ao Direito Penal apresentar-se como um subsistema jurídico adequado, lógico e coerente
- b) Não há crime sem que, antes de sua prática, haja uma lei descrevendo-o como fato punível; de outro lado, a pena não pode ser aplicada sem lei anterior que a contenha; é ilícita, pois, qualquer conduta que não se encontre definida em lei penal incriminadora
- c) O princípio da legalidade fixa o conteúdo das normas incriminadoras, não permitindo que o ilícito penal seja estabelecido genericamente sem definição prévia da conduta punível e determinações da *sanctio juris* aplicável
- d) Hodiernamente, o princípio da legalidade está previsto na Constituição Federal, de modo que somente a lei pode definir crimes e impor sanções penais, sendo vedado esse poder a outras fontes, como as medidas provisórias, ainda que beneficiem o agente
- e) O princípio da legalidade também rege a medida de segurança, sob pena de comprometer, seriamente, direitos e garantias individuais constitucionalmente assegurados

67) No que se refere à eficácia da lei penal no tempo, assinale a alternativa incorreta.

- a) Leis temporárias são as que, não mencionando expressamente o prazo de vigência, condicionam a sua eficácia à duração das condições que as determinam
- b) No Brasil, a lei penal é publicada pelo Diário Oficial da União. Na data da publicação, ou vencido o prazo da *vacatio legis* ou outro determinado, inicia-se a vigência da lei, e assim prossegue até que deixe de vigorar, pela revogação
- c) A lei que incrimina novos fatos é irretroativa, uma vez que prejudica o sujeito. O fundamento desse princípio se encontra no aforismo *nullum crimen sine praevia lege*. Se não há crime sem lei anterior, a lei nova incriminadora não pode retroagir para alcançar fatos praticados antes de entrar em vigor
- d) Desde que a lei entra em vigor, até que cesse a sua vigência, rege todos os fatos abrangidos pela sua destinação. Entre estes dois limites, entrada em vigor e cessação de sua vigência, pela revogação, situa-se a sua eficácia. Assim, não alcança os fatos ocorridos antes ou depois dos limites extremos; não retroage nem tem ultra-atividade
- e) O tempo que vai da publicação da lei até a sua vigência não é de suspensão de seus efeitos, mas de *vacatio legis*, durante o qual prevalece, inalterada, a legislação antiga. No intervalo da publicação até o dia da atuação da nova lei, permanece em pleno vigor a lei antiga que, por isso, deve continuar a ser observada, mesmo quando as suas disposições forem incompatíveis com a lei nova

68) Ocorre delito putativo por erro de proibição, quando:

- a) a errônea suposição do agente não recai sobre a norma, mas sobre os elementos do crime
- b) o agente crê violar uma norma realmente existente, mas à sua conduta faltam elementos do tipo penal
- c) o agente supõe violar uma norma penal que na verdade não existe; falta tipicidade à sua conduta, pois o fato não é considerado infração penal
- d) quando alguém, de forma insidiosa, provoca o agente à prática de um crime, ao mesmo tempo que toma providências para que ele não atinja a consumação
- e) o sujeito é posicionado em situação de cometer o delito pretendido, irrealizável, entretanto, pela vigilância que se exercita sobre ele

69) No que se refere às disposições gerais aplicáveis aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não há isenção de pena se o crime é de roubo, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça
- b) É isento de pena quem comete crime de estelionato em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal
- c) Não há isenção de pena se o crime é de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência à pessoa
- d) É isento de pena quem comete crime de estelionato, se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos
- e) É isento de pena quem comete crime de apropriação indébita em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural

70) Crimes coletivos ou de convergência são aqueles:

- a) que podem ser eventualmente coletivos, razão pela qual são também denominados de crimes qualificados pelo concurso de pessoas
- b) que exigem o concurso de duas pessoas, mesmo que uma não seja culpável
- c) que podem ser eventualmente cometidos por uma só pessoa, mas que, normalmente, são praticados por um coletivo de agentes
- d) que podem gerar autoria e participação, conjuntamente
- e) que têm como elementar o concurso de várias pessoas para um fim único

71) No que diz respeito ao resultado, previsto na Teoria do Crime, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quem invade o domicílio alheio, sem consentimento do proprietário, ofende o interesse jurídico concernente à tranquilidade doméstica, razão pela qual o tipo penal do crime de invasão de domicílio exige que de sua conduta advinha um determinado resultado material
- b) Para os partidários da teoria do resultado jurídico, todo crime possui resultado, mesmo os de mera conduta, havendo nestes uma coincidência temporal e espacial entre a ação e o evento
- c) De acordo com a concepção jurídica (ou normativa), o resultado da conduta é a lesão ou perigo de lesão de um interesse protegido pela norma penal (afetação jurídica)
- d) Segundo a concepção naturalística, o conceito de resultado decorre da relação entre a conduta e a modificação, prescindindo-se de sua análise em face da norma jurídica
- e) Resultado naturalístico é a modificação do mundo exterior provocada pelo comportamento humano voluntário

72) No que se refere aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa incorreta.

- a) Configura violação sexual mediante fraude a conduta de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima
- b) Configura assédio sexual a conduta de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função
- c) Configura crime de corrupção de menores a conduta de induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem
- d) Configura crime de importunação sexual a conduta de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro
- e) O crime de estupro, caracterizado pela conduta de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, não admite a forma preterdolosa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

73) Assinale a alternativa que apresenta o significado do princípio da oficiosidade

- a) O princípio da oficiosidade impede que o juiz possa julgar com o conhecimento que eventualmente tenha além das provas constantes nos autos, pois, o que não estiver dentro do processo equipara-se a inexistência
- b) O princípio da oficiosidade é assinalado pelos axiomas latinos *nemo iudex sine actore* e *ne procedat iudex ex officio*, ou seja, não há juiz sem autor, ou o juiz não pode dar início ao processo de ofício sem a provocação da parte interessada
- c) Segundo os ditames do princípio da oficiosidade, como regra, a autoridade policial tem autonomia para instaurar inquérito policial em crimes de ação penal pública incondicionada sendo que em crimes de ação penal condicionada ou ação privada não se tem tal autonomia
- d) O princípio da oficiosidade se concretiza mediante a interposição de recursos, decorrente da necessidade de possibilitar a determinados Órgãos do Poder Judiciário a revisão de decisões proferidas por juízes ou tribunais sujeitos à sua jurisdição
- e) O princípio da oficiosidade traduz o dever que assiste ao Estado de facultar ao acusado a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada. Este princípio guarda relação com o direito ao contraditório, segundo o qual ninguém pode ser condenado sem antes ter a oportunidade de ser ouvido quanto aos fatos imputados

74) No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a alternativa incorreta

- a) O Código de Processo Penal estabelece, como regra geral, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do inquérito policial, caso o indiciado esteja solto. O referido diploma legal prevê que é possível a prorrogação do prazo, a requerimento da autoridade policial, quando o fato for de difícil elucidação, hipótese em que as diligências necessárias deverão ser realizadas no prazo fixado pelo juiz
- b) A existência de inquéritos policiais pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena
- c) No que se refere aos advogados, o Supremo Tribunal Federal editou uma Súmula Vinculante, a qual confere aos advogados e defensores, acesso amplo aos elementos de provas já documentados em procedimento investigatório
- d) É possível conceituar inquérito policial como o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária, com o objetivo de investigar as infrações penais e colher elementos necessários para que possa ser proposta a ação penal
- e) A finalidade do inquérito policial é reunir elementos suficientes que possibilitem a convicção do membro do Ministério Público para que ofereça a denúncia ou o ofendido ofereça a queixa-crime, sendo que tais elementos de convicção devem ser compreendidos como sendo a materialidade do fato e os indícios de autoria

75) No que diz respeito aos sistemas do processo penal, assinale a alternativa incorreta

- a) O respeito ao processo penal democrático demanda a aplicação do princípio da inércia jurisdicional. O juiz deve ter uma atividade probatória complementar, sem jamais se colocar na posição de parte, principalmente no papel da acusação, sob pena de violação ao sistema acusatório e ao princípio do juiz natural, uma vez que desse modo, deixa de ser juiz. Ter-se-ia um sistema inquisitivo, no qual o juiz acusa junto com o Ministério Público
- b) Verifica-se no sistema misto a presença de uma fase inicial inquisitiva, na qual se procede a uma investigação preliminar e a uma instrução preparatória, e uma fase final, em que se procede ao julgamento com todas as garantias do processo acusatório
- c) O sistema acusatório caracteriza-se pela junção das funções de acusar, julgar, defender. O juiz é imparcial e as provas não possuem valor pré-estabelecido, podendo o juiz apreciá-las de acordo com a sua livre convicção, desde que fundamentada. O processo é público e estão presentes as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa
- d) A opção pelo processo penal acusatório resta evidenciada na Constituição Federal de 1988 ao prever como princípios garantidores e inerentes ao Estado democrático de Direito as garantias da inafastabilidade da tutela jurisdicional, do devido processo legal, do pleno acesso à Justiça, do juiz e do promotor natural, do tratamento paritário e equidistante das partes, da ampla defesa, da publicidade dos atos processuais e motivação dos atos decisórios, e da presunção da inocência
- e) O sistema acusatório traz como corolários os princípios da inércia e da imparcialidade do órgão jurisdicional, inclusive, e especialmente, no tocante à impossibilidade de que o julgador substitua iniciativa que seja de atribuição exclusiva da parte

76) No que diz respeito à competência em sede criminal, assinale a alternativa incorreta

- a) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante deverá proceder obrigatoriamente junto ao foro de domicílio ou da residência do réu, inaplicável, na hipótese, o foro do lugar da infração
- b) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção
- c) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri
- d) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução
- e) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu

77) No que diz respeito à conexão e continência, assinale a alternativa incorreta

- a) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva
- b) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, deverá decidir monocraticamente
- c) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes
- d) A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração
- e) Será facultativa a separação dos processos quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação

78) No que se refere à ação penal, assinale a alternativa incorreta

- a) Em determinados ilícitos penais, entendeu o legislador que deva o Ministério da Justiça avaliar a conveniência política de ser iniciada a ação penal pelo Ministério Público. É o que ocorre quando um estrangeiro pratica crime contra brasileiro no território nacional
- b) O desencadeamento de ação penal contra Senadores da República e Deputados Federais e Estaduais dispensa a prévia autorização da respectiva Casa Legislativa
- c) Não existe em nosso ordenamento jurídico nenhuma hipótese de ação penal popular em que a lei confira a todo e qualquer cidadão o direito de dar início a uma ação para apurar ilícito penal, ainda que contra representantes políticos
- d) Quando a infração atingir bem jurídico de pessoas ou entes determinados, a vítima, ou seu representante, ou, ainda, em casos de crimes praticados em detrimento dos entes federativos, a chefia do órgão de representação judicial dessas pessoas jurídicas de direito público interno, poderá, no prazo de 30 dias, manifestar seu inconformismo com a promoção de arquivamento, incumbindo ao órgão ministerial revisor, fundamentadamente, apreciar as razões apresentadas pelo interessado
- e) A ação penal pública é regida pelo princípio da obrigatoriedade, que estabelece o dever legal de o Ministério Público oferecer a denúncia quando presentes as condições previstas em lei para a deflagração da persecução penal em juízo (justa causa)

79) No que diz respeito à preservação do local de crime, assinale a alternativa incorreta

- a) A responsabilidade pela preservação dos locais de crime é de competência do primeiro agente de segurança pública que se defrontar para com a cena criminosa, por isso, que, o Código de Processo Penal Brasileiro não atribui exclusividade de competência quanto às ações de isolamento e de preservação dos locais de crime
- b) A importância dos vestígios não se encontra adstrita somente ao que eles representam, mas, é de vital importância, também, as posições em que se encontram e suas possíveis relações com outros vestígios, que podem não ser analisados de imediato
- c) Apesar de ser extremamente evitado modificar o estado das coisas, ocorrem casos em que algumas medidas podem se fazer necessárias, tais como cobrir o cadáver, objetivando impedir que a chuva, ou outra intempérie destrua vestígios importantes como manchas de fluidos corpóreos ou esfumamento
- d) A ausência de equipamentos para a execução dos procedimentos de preservação, isolamento e perícia, não tem o condão de dificultar, nem de impossibilitar a identificação da materialidade e autoria do crime
- e) Nos casos extremos, sendo aceitável a proteção de vestígios, o policial que realizar este serviço deverá ter o máximo zelo, evitando, tanto quanto possível, correr risco de, na tentativa de proteger certos vestígios, causar dano a estes ou a outros vestígios

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

80) Relativamente às disposições constantes da Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro), assinale a alternativa incorreta

- a) Incorre na mesma pena do crime de lavagem de dinheiro o agente que, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, os converte em ativos lícitos
- b) O crime de lavagem de dinheiro será de competência da Justiça Federal quando praticado contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas
- c) Incorre na mesma pena do crime de lavagem de dinheiro o agente que, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere
- d) Configura crime de lavagem de dinheiro a conduta de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente de crimes (antecedentes), excluídas as contravenções penais
- e) O crime de lavagem de dinheiro será de competência da Justiça Federal quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal

81) Configura crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural:

- a) pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano
- b) causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana
- c) processar, embalar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente
- d) executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida
- e) fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental

82) Apresenta-se como crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- a) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade
- b) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura
- c) nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei
- d) praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática
- e) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária

83) Configura crime falimentar:

- a) elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos de escrituração contábil facultativos
- b) apropriar-se, desviar ou ocultar bens pertencentes ao devedor sob recuperação judicial ou à massa falida, inclusive por meio da aquisição por interposta pessoa
- c) divulgar ou propalar, por qualquer meio, informação sobre devedor em recuperação judicial
- d) praticar, durante o ato de expedição da sentença que decretar a falência, ato de gestão de que resulte perda ou prejuízo para a empresa
- e) violar, explorar ou divulgar, ainda que com justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços

84) Os índios são considerados em vias de integração:

- a) quando vivem em grupos desconhecidos
- b) quando incorporados à comunhão nacional, ainda que conservem usos característicos da sua cultura
- c) quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento
- d) quando vivem em grupos de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional
- e) quando reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem costumes e tradições característicos da sua cultura

85) Relativamente à proteção a vítimas e testemunhas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os entes federativos podem celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não-governamentais objetivando a realização dos programas de proteção a vítimas e testemunhas
- b) A proteção concedida pelos programas de proteção a vítimas e testemunhas e as medidas dela decorrentes devem levar em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova
- c) Cada programa de proteção a vítimas e testemunhas deverá ser dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos
- d) A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo por solicitação do próprio interessado
- e) A proteção oferecida pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas terá a duração máxima de 10 (dez) anos

86) Segundo a Lei de Execução Penal, comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) participar de movimento de cunho reivindicatório
- b) recusar submeter-se a procedimento médico
- c) tiver em sua posse, aparelho telefônico, de rádio ou similar, ainda que referido instrumento não permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo
- d) recusar alimentação ou objetos de higiene pessoal
- e) provocar acidente de trabalho

DIREITOS HUMANOS

87) A Declaração Universal dos Direitos Humanos descreve os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas, sem fazer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou em qualquer outra situação. A Declaração Universal expressa direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Partindo deles, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, fazendo a relação entre elas.

Coluna I

1. Direitos políticos
2. Direitos civis
3. Direitos econômicos, sociais e culturais

Coluna II

- (3) Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.
- (2) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- (1) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
- () Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- (1) Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- () Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- () Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
- (2) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- (3) Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- () Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.
- (1) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- (1) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) 3, 2, 3, 2, 3, 1, 2, 2, 3, 1, 1
- ~~b) 1, 3, 2, 1, 3, 2, 2, 3, 1, 3, 1, 1~~
- ~~c) 1, 2, 3, 1, 3, 1, 3, 1, 2, 3, 1, 2~~
- ~~d) 3, 2, 1, 3, 1, 1, 3, 2, 3, 2, 2~~
- e) 1, 2, 2, 1, 3, 2, 2, 3, 1, 3, 3, 1

88) A Lei que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, no seu Capítulo I, trata do conceito de refugiado, da extensão da condição de refugiado e da exclusão da condição de refugiado. Sobre o referido capítulo, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas.
- () Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.
- () Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos apenas ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes do refugiado, desde que se encontrem em território nacional.
- () Será considerado refugiado todo indivíduo, que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.
- () Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR.
- () Será considerado refugiado todo indivíduo que, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.
- (V) Será considerado refugiado todo indivíduo que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
- (F) Será considerado refugiado todo indivíduo que seja residente no território nacional e tenha direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - F - V - F - F - V - V - V
- ~~b) F - V - F - F - V - F - F - F~~
- ~~c) F - F - F - V - V - V - F - V~~
- d) V - F - F - V - V - V - V - F
- ~~e) V - V - F - V - V - V - V - F~~

89) A proteção de refugiados é uma questão fundamental de direitos humanos. Trata-se de garantir a cada pessoa os direitos inerentes à própria condição humana, quando seu país de origem não quis ou não foi capaz de garanti-los. Sobre esse tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) Segundo o art. 14 da "Declaração Universal dos Direitos Humanos", todo ser humano, vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países
- b) Segundo o art. 14 da "Declaração Universal dos Direitos Humanos", o direito de asilo em outros países não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas
- c) A Lei de Refúgio brasileira (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017) é considerada uma das mais avançadas do mundo. A Lei de Migração brasileira (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997) consolidou a perspectiva de direitos humanos no âmbito da política migratória nacional
- d) Após a Segunda Guerra Mundial, em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para ajudar milhões de europeus que fugiram ou perderam suas casas. Em 1995, a Assembleia Geral da ONU, o ACNUR foi designado a ser responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo
- e) O dia 20 de junho é considerado o dia mundial do refugiado

90) Leia abaixo o art. 231 e seu parágrafo 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil: "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[...]
§ 4º. As terras de que trata este artigo são _____ e _____, e os direitos sobre elas, _____".

(BRASIL, 1988. Disponível em [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição.planalto.gov.br). Acesso em 30 mai. 2022)

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) indisponíveis / imprescritíveis / inalienáveis
- b) inalienáveis / indisponíveis / imprescritíveis
- c) inalienáveis / imprescritíveis / indisponíveis
- d) imprescritíveis / inalienáveis / indisponíveis
- e) indisponíveis / inalienáveis / imprescritíveis

91) Dentre os vários compromissos do Brasil junto à comunidade internacional, que dizem respeito à temática dos Direitos Humanos, estão os compromissos presentes na Agenda 2030. Sobre os fundamentos e objetivos da Agenda 2030, analise as afirmativas abaixo.

- I. Em 2015, surge a agenda global 2030, um compromisso assumido pelo Brasil e mais 193 países para efetivar os direitos humanos e promover o desenvolvimento sustentável pelos próximos quinze anos.
- II. Nela contém tarefas a serem cumpridas pelo governo, pela sociedade civil e pelo setor privado. Uma jornada coletiva, com vistas à consecução do ano de 2030, como um ano sustentável.
- III. É uma agenda de Direitos Humanos promovida pela Organização das Nações Unidas, e que foi recepcionada pelo Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça.
- IV. O Supremo Tribunal Federal lançou em maio 2022, a RAFA 2030 (Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030). Essa ferramenta de inteligência artificial é usada para classificar os processos judiciais que tramitam no órgão de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da OUNU.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, III e IV apenas
- b) II e IV apenas
- c) I, II, III e IV
- d) I, III e IV apenas
- e) I e IV apenas

92) No século XXI, em pelo menos duas oportunidades, a Organização das Nações Unidas elaborou objetivos de desenvolvimento para os países do mundo que aderissem tais objetivos. Sobre os referidos objetivos de sustentabilidade, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, fazendo a relação entre elas.

COLUNA I

- 1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's)
- 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's)

COLUNA II

- (1) Foram oito os objetivos internacionais de desenvolvimento para o ano de 2015.
- () Apresentam 169 metas para melhorar a vida das pessoas.
- () Mesclam, de maneira equilibrada, as suas três dimensões: econômico, social e ambiental.
- () Os 191 Estados-membros da ONU se comprometeram a ajudar alcançá-los.
- (2) Além dos Estados-membros, pelo menos 22 organizações internacionais se comprometeram a alcançá-los.
- () Foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.
- () Abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz.
- () Trabalho digno e crescimento econômico.
- () Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.
- () Paz, justiça e instituições eficazes.
- () Melhorar a saúde das gestantes e reduzir a mortalidade infantil.
- () Combater a AIDS, malária e outras doenças.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) 2, 1, 2, 2, 1, 1, 2, 2, 1, 2, 1, 1
- b) 1, 2, 2, 1, 1, 1, 2, 1, 2, 1, 1, 2
- c) 1, 1, 2, 1, 2, 2, 2, 2, 1, 2, 1, 1
- d) 1, 2, 2, 1, 1, 2, 2, 2, 1, 2, 1, 1
- e) 2, 2, 1, 2, 2, 1, 2, 2, 2, 1, 1, 1

93) A legislação federal, em consonância com os direitos humanos, trata especificamente das minorias e de grupos considerados vulneráveis, como por exemplo: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+ e refugiados. Sobre essas leis específicas, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e à sua cidadania.

A Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Índio.

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - F - V
- b) F - F - F - V - V
- c) V - F - V - F - F
- d) V - V - F - F - F
- e) F - V - F - F - V

94) No que diz respeito aos objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social, assinale a alternativa incorreta.

a) Para a Criminologia, o crime é um fenômeno social, comunitário e que se demonstra como um problema maior, exigindo, assim dos estudiosos uma visão ampla que permita aproximar-se dele e compreendê-lo em seus diversos enfoques

b) Para Escola Clássica, o delinquente era um ser que, com base em seu livre arbítrio, pecou e optou pelo mal, embora pudesse e devesse escolher pelo bem, respeitar a lei

c) A filosofia marxista, entende ser o criminoso, uma pessoa que superou a luta de classes e que logrou ignorar a força normativa que emana das estruturas econômicas

d) Para Escola Positiva, o delinquente era um ser atávico, prisioneiro de sua deformação patológica, (muitas vezes nascia criminoso) ou por processos multicausais alheios (determinismo social)

e) A Escola Correccionalista (influência da América espanhola) tratava o criminoso como um ser inferior e incapaz de se governar por si próprio, merecendo do Estado uma atitude pedagógica e de piedade

95) No que se refere à relação existente entre criminologia e controle social, assinale a alternativa incorreta.

a) Se todo ordenamento social conta com mecanismos primários de autoproteção, geralmente eficazes (controle social informal), a intervenção do controle social formal somente se legitima quando a gravidade do conflito exija uma resposta formalizada mais drástica, por se demonstrarem ineficientes as respostas emanadas das instâncias informais

b) O controle social pode ser formal ou informal. Eles diferem entre si por conta do modus operandi e das sanções por eles preconizadas; estas últimas, quando decorrentes do controle social formal, são sempre positivas e, frequentemente, não estigmatizantes

c) O controle social informal precede o controle social formal, notadamente o controle social penal; somente quando todos os mecanismos informais de controle social não forem suficientes para a realização do controle, deve o controle social formal ser acionado

d) O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções legais e/ou sociais, cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais

e) Quando o controle social é realizado por meio de normas legais, ele é tido por controle social formal; no informal, o controle é realizado por intermédio de outras formas, ou seja, não há aplicação de normas legais para concretizar o controle social, pois outros mecanismos como educação, escola, medicina, trabalho, igreja e mídia, atuam na manutenção e regulação das relações sociais

96) Relativamente à relação existente entre criminologia e prevenção primária, assinale a alternativa incorreta.

- a) Educação e socialização, casa, trabalho, bem-estar social e qualidade de vida são os âmbitos essenciais para uma prevenção primária, que opera sempre a longo e médio prazos e se dirige a todos os cidadãos
 - b) Os programas de prevenção primária orientam-se às mesmas causas, à raiz do conflito criminal, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste
 - c) Programas de prevenção policial, de controle dos meios de comunicação, de ordenação urbana e utilização do desenho arquitetônico como instrumento de autoproteção, desenvolvidos em bairros de classes menos favorecidas, são exemplos de prevenção primária
 - d) Os programas de prevenção primária tratam, de criar os pressupostos necessários ou de resolver as situações carenciais criminógenas, procurando uma socialização proveitosa de acordo com os objetivos sociais
- As exigências de prevenção primária correspondem a estratégias de política cultural, econômica e social, cujo objetivo último é dotar os cidadãos, de capacidade social para superar de forma produtiva, eventuais conflitos

97) No que diz respeito à vitimologia, assinale a alternativa incorreta.

- a) Pode-se afirmar que o dano que se experimenta a vítima não se esgota, desde logo, na lesão ou no perigo de lesão do bem jurídico e, eventualmente, em outros efeitos colaterais e secundários que possam acompanhar ou suceder a lesão. A vítima sofre, com frequência, um severo impacto, psicológico, que se acrescenta ao dano material ou físico provocado pelo delito
- b) Entendimentos mais recentes classificam a vitimologia como uma ciência voltada para os direitos humanos, uma vez que, o resultado da análise da vítima favorece a aplicação de políticas públicas para reparar os danos causados pelo crime
- c) Atualmente existem três grandes grupos acerca da discussão sobre a natureza científica da vitimologia:
 - a) Tratadistas, que consideram a vitimologia uma ciência autônoma;
 - b) Uma corrente que é formada por aqueles que consideram que a vitimologia é uma ciência independente da criminologia;
 - c) e aqueles que refiram a existência da vitimologia, com objeto, método e fim próprios
- Com o advento da Lei 7.209/84, inseriu-se em nosso Código Penal, no art. 59, a circunstância judicial, a qual coloca o comportamento da vítima como elemento de peso na aferição e na dosimetria da pena
- e) A situação atual da vítima frente aos organismos estatais chega, quase, a beirar uma inversão de valores, ou seja, o delincente tem todo o aparato judicial a seu favor, com garantias penais, constitucionais, processuais etc., e a sua vítima nada mais pode fazer do que testemunhar, e muitas vezes frente a frente com o agressor, sentindo-se amedrontada e novamente ofendida, o que levou alguns doutrinadores modernos a falar em vitimização secundária

98) No que se refere à relação entre criminologia e o paradigma da reação social, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para os seguidores da criminologia da reação social nos Estados Unidos, a lei, sendo o exemplo desta concretude de valores, serve para dividir os homens em dois gêneros distintos – os delinquentes e os não delinquentes, através da rotulação de comportamentos “não aceitos” pelo ente social; da concepção norte americana depreende-se a importância que a lei volta a deter frente ao estudo criminológico, eis que, através do simbolismo que carrega, passa a ser a fonte original do delito e do delinquente
- b) Consoante os postulados da criminologia da reação social, a maneira pela qual se dá a interação entre indivíduo e sociedade é que irá designar o conceito de desvio e desviante, sendo que tal processo irá ocorrer através da formação da identidade social, a socialização dos indivíduos frente à mesma e aos valores que representa, através dos processos de rotulação e etiquetamento e, por fim, da concretização de tais valores na lei
- c) Adeptos da reação social se preocupam com o estudo da maneira pela qual as instituições oficiais recaem sobre o indivíduo (labelling approach), assim como os efeitos de tal situação, modificando o paradigma da Escola Positivista, que era o homem em si, sendo o desviante um produto da natureza, através do entendimento do fenômeno/ binômio “criminalidade e criminoso” como algo que surge de uma realidade social preexistente ao próprio indivíduo
- Segundo os pressupostos da criminologia da reação social os conceitos de desvio e desviante adquirem um caráter de absoluta permanência, eis que por força das imposições e leituras sociais ocorrentes no processo de etiquetamento/ rotulação do indivíduo, ou até pelo fato de o mesmo, ainda que praticando ato previsto em lei, não ter sido alcançado pela ação institucional, poderá passar da categoria de “ser normal” para desviante, de onde não mais poderá sair, tendo em vista a força do mecanismo estigmatizante
- e) A criminologia da reação social (ou interacionista) e seus desdobramentos em criminologia crítica e radical surge na década de 60, nos Estados Unidos, e redireciona o foco dos estudos criminológicos, afastando-o da percepção positivista de análise do “ser criminoso”, ou seja, do homem e sua disfunção biológica e social como fonte causadora do delito, e orientando-o para parâmetros de subjetividade interrelacional, buscando enfatizar questões de valoração social de comportamentos, incidência dos mesmos (valores) na constituição das regras jurídicas e sociais, e as consequências que dita valoração e regras geram no campo da criminologia

99) Relativamente à **criminologia positivista**, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A criminologia positivista utiliza o método empírico e indutivo (experimental): trabalha com casos concretos, partindo de características específicas para, só após, fixar conclusões gerais. Primeiro se conhece a realidade para depois explicá-la
- b) Antes da criação da expressão "positivismo", defendida por seus expoentes (Lombroso, Ferri e Garofalo), em 1827 a criminologia já contava com estudos de cunho científico por meio da publicação dos primeiros dados estatísticos pela França. Os dados estatísticos, à época, chamaram a atenção de diversos pesquisadores, destacando-se entre todos o nome do belga Adolphe Quetelet.
- c) De acordo com Lombroso, o criminoso se divide em 3 modalidades: (a) **criminosos natos**: segundo ele, seriam os "meio loucos" ou "meio delinquentes" (atualmente denominados de criminosos fronteiriços pela criminologia moderna e de semi-imputáveis pelo Direito Penal). (b) **pseudodelinquentes**: os delinquentes passionais e ocasionais. (c) **criminaloides**: esses seriam os reais criminosos, nascidos propensos à criminalidade especialmente por herdar predicados de seus ancestrais em sua carga genética
- d) Quetelet formulou a chamada Teoria das Leis Térmicas, segundo a qual as estações climáticas eram fatores determinantes para a prática de determinados crimes: crimes patrimoniais seriam praticados com maior intensidade no inverno; no verão haveria maior incidência de crimes contra a pessoa e na primavera os crimes sexuais
- e) O criminoso atávico (nato), para Lombroso seria um homem menos civilizado que os demais membros da sociedade em que vive, sendo representado por um enorme anacronismo, ou seja, esses indivíduos reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Essas deduções basearam-se em pressupostos de que os comportamentos humanos são biologicamente determinados

100) No que diz respeito à Escola de Política Criminal **Moderna** Alemã, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Função finalístico da pena: afasta a retribuição da pena cunhada pela Escola Clássica, passando a defender a aplicação de pena justa e necessária para a proteção da sociedade e manutenção da ordem jurídica. Com isso, busca-se a prevenção especial da pena, seja por meio do que denominaram adaptação artificial (transformação do delinquente em cidadão útil à sociedade), seja por meio da inocuidade (afastamento dos criminosos da sociedade, por meio da prisão)
- b) É também conhecida por Escola Sociológica Alemã, Escola de Marburgo, Escola Moderna e Nova Escola. Franz von Liszt, por meio de sua aula inaugural em Marburgo (A ideia de fim no Direito Penal), posteriormente chamada de Programa de Marburgo, apresenta uma perspectiva sociológica para a escola alemã
- c) Ampliação da Conceituação das Ciências Penais: a Criminologia passa a ser a ciência de explicação das causas do crime e a Penologia passa a ser a ciência de explicação das causas e efeitos da pena. Enxerga o crime como fenômeno humano-social e como fato jurídico
- d) Segundo Von Liszt, a necessidade de pena mede-se com critérios preventivos especiais, segundo os quais a aplicação da pena obedece a uma ideia de ressocialização e reeducação do delinquente; à intimidação daqueles que não necessitem ressocializar-se para neutralizar os incorrigíveis. Essa tese pode ser sintetizada em três palavras: intimidação, correção e inocuidade
- e) Aplicação do método indutivo-experimental para a criminologia; não distingue imputáveis e inimputáveis: defendem a substituição do livre-arbítrio da Escola Clássica pela noção de normalidade. assim, com base na culpabilidade, aplica-se pena e medidas de segurança, de forma idêntica, tanto para os "normais" como para os "perigosos" ou "anormais"